

Paralisação de escolas em Brasília é parcial

DF - Educação

14 OUT 1972

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — Das 110 escolas particulares de 1º e 2º graus de Brasília que prometeram paralisar suas atividades ontem em protesto pela falta de lei definitiva sobre reajuste de mensalidades, 51 funcionaram normalmente, segundo a secretária de Educação da cidade, Josefina Baiocchi. O presidente do Sindicato das Escolas, Jaime Zveiter, admitiu que o movimento é parcial mas garante que haverá novas adesões. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, não descarta a possibilidade de pedir ao governo intervenção nas escolas, mas Josefina Baiocchi lembra que o ensino público não tem pessoal suficiente para assegurar atendimento aos 110 mil alunos do ensino privado. "Enquanto eu for ministro, ninguém desobedecerá a ordem judicial", rea-

giu ontem o ministro Saulo Ramos, da Justiça.

Saulo Ramos lembrou que desobedecer à Justiça é crime previsto no Código Penal. "Locaute é muito sério, e espero que eles reflitam neste final de semana", afirmou o ministro. Na segunda-feira, o Conselho Estadual de Educação do Distrito Federal avalia a possibilidade de decretar intervenção nas escolas.

Irônico, o presidente do Sindicato das Escolas, Jaime Zveiter, duvidou da possibilidade de intervenção: "A polícia deve mesmo estar preparada para gerir as escolas". O presidente do Conselho Federal de Educação, Gildo Valadino, não pôde prever qual será o resultado da reunião do colegiado uma vez que a paralisação das escolas é inédita.

Ontem Darley Valadares, pai de um aluno do Colégio Minas Gerais, foi ao encontro do juiz da 3ª Vara de Justiça Federal para pedir a intervenção nas escolas que aderirem ao locaute.

Conforme parecer do CFE homologado ontem pelo ministro da Educação Carlos Sant'Anna, de agosto em diante as mensalidades escolares no ensino superior privado serão cobradas com base no IPC do mês anterior. O parecer será publicado no Diário Oficial de segunda-feira. O ministro requisitou ao conselho o reexame de alguns artigos que farão parte de uma complementação do parecer a ser aprovado em novembro, quando haverá nova reunião do Conselho Federal da Educação.